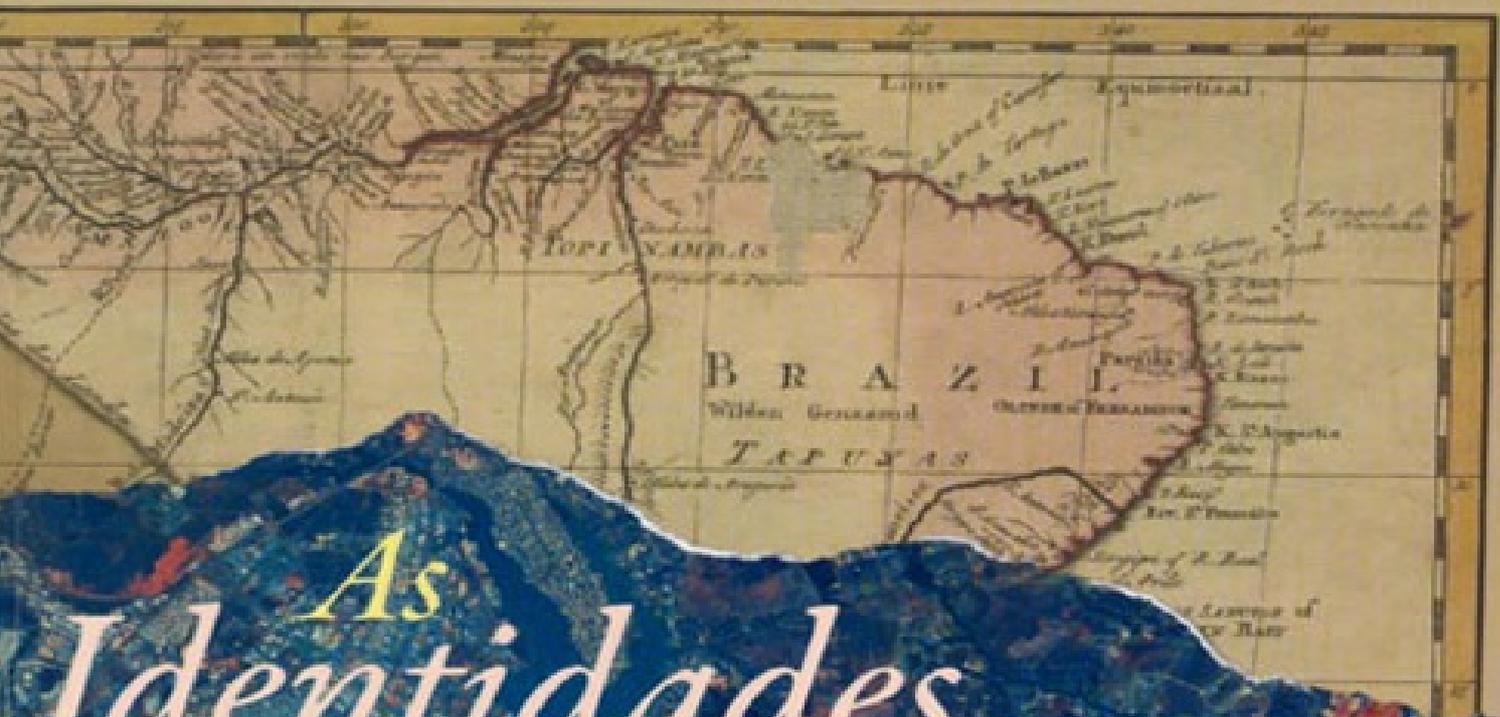


José Carlos Reis



As
Identidades
do **BRASIL**

De Varnhagen
a FHC

9ª edição ampliada



INTRODUÇÃO¹

Os historiadores reescrevem continuamente a história. E o fazem talvez por duas razões principais.

Em primeiro lugar, pela especificidade mesma do objeto do conhecimento histórico: os homens e as sociedades humanas no tempo. O sentido dos processos e eventos humanos, que são temporais, não é conhecível imediatamente. Os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. A história só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal. A reescrita contínua da história torna-se, então, uma necessidade. Os contemporâneos estão imersos no tempo vivido e têm dificuldade para ascender a um tempo pensado, à reflexão sobre o seu próprio vivido. A história não é transparente e não se deixa interpretar imediatamente, enquanto é vivida, embora o contemporâneo não esteja impedido de fazer reflexões imediatas ainda em seu “tempo quente”. No entanto, o olhar do contemporâneo se deixa iludir pelo brilho e barulho de personalidades, gestos, ações e discursos. É somente com algum distanciamento, apenas no final do dia vivido, que o seu sentido pode ser interpretado. O passado é o dia/ vivido; o presente é a noite/ reflexão. O presente é ambíguo: em relação a si próprio é sonhador, noturno; em relação ao passado, assume uma posição reflexiva, interrogadora, procurando lançar indiretamente luzes sobre ele próprio. O passado é uma *referência de realidade*, sem a qual o presente é pura irreflexão.

Assim, o historiador é também um “pássaro de minerva”: passa a noite reexaminando o dia. Por outro lado, não tem certeza de que pode conhecer o passado-dia, pois a noite-presente em que ele está é o lugar do sonho. Ao tematizar o dia, ele o conhece ou o imagina? Sempre estará dominado por essa dúvida. Talvez seja exagerado afirmar com a tradição que, quanto mais afastado no tempo o historiador se encontra, mais vasta e profunda é a sua percepção do passado. Mas, esta não é uma tese sem peso teórico. É do alto da montanha, é dos ombros do gigante-tempo, que se contempla um horizonte mais amplo. Na verdade, é de madrugada, tarde da noite, que o dia anterior é melhor pensado e organizado e também imaginado! Algumas *possibilidades objetivas* são consideradas para uma melhor compreensão do que de fato se passou. E se... tivesse sido diferente? O tempo não se revela de uma só vez, portanto. O sentido dos eventos não é conhecível enquanto eles ocorrem. A história é *sucessão processual*: os acontecimentos emergem, submergem, explodem, adormecem, dependendo do seu ritmo próprio. O evento pode ser anódino no presente e ser decisivo no futuro: o que era secundário e nem percebido pelo contemporâneo emerge no futuro com grande importância; o que era visível e importantíssimo vai perdendo eficácia histórica com o passar do tempo. As obras históricas são também históricas, temporais, e têm uma duração determinada, que, às vezes, é bem curta. Elas envelhecem e exigem uma revisão, uma reelaboração, uma reescritura (Schaff, 1978).

Para Koselleck, conhecer um mundo histórico é responder a esta questão maior: como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação? Para ele, se se determina, em um presente, a diferença entre passado e futuro, entre campo da experiência e horizonte de espera, torna-se possível apreender alguma coisa que seria chamada de tempo histórico. Quem realiza esta operação cognitiva é a história, que torna visível e dizível a experiência temporal. A história é a reconstrução narrativa, conceitual e documental, em um presente, da assimetria entre passado e futuro. Passado e futuro reenviam-se um ao outro e são assimétricos, diferentes, e esta sua relação é que dá sentido à ideia de temporalização. O presente muda e, nesta sua mudança, o passado e o futuro são constantemente rearticulados, obrigando à reescrita da história. Na experiência individual, por exemplo, o envelhecimento modifica a relação entre espera e experiência. Quando se é mais jovem ou mais velho, o passado e o futuro significam diferentemente, e sua relação se altera. Assim também na experiência histórico-social. As sociedades existem em uma data determinada, e ao historiador interessa conhecer a sua “idade interna”, ou seja, a relação que em seu presente, que muda sempre, cada sociedade estabelece com o seu passado e o seu futuro (Koselleck, 1990).

Dominada pela temporalização, portanto, a imagem da história vivida muda constantemente como em um holograma. Os acontecimentos históricos exigem a sucessão, precisam do tempo, para revelar o seu sentido. A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na inter-relação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um “mirante temporal”, um ponto de vista, em um presente — vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos. O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com a sua passagem. Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado. Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. Febvre considera que a função social da história é “organizar o passado em função do presente” (Febvre, 1992). Um novo olhar sobre o passado e o futuro se elabora sob as pressões do presente vivido. A partir do presente, a visão do passado se altera e age sobre a visão e a

produção do futuro.

Em segundo lugar, a história é reescrita porque o conhecimento histórico muda, acompanhando as mudanças da história. Novas fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista levam à reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas. Há uma transposição para essa nova linguagem do patrimônio do passado. O passado é, então, repensado e ressignificado de forma renovada e fecunda. Além disso, dessas razões teóricas e técnicas, aparecem novos historiadores, indivíduos talentosos, formados na leitura dos clássicos e na história presente, que formulam novas questões ou reformulam questões clássicas, oferecendo-lhes respostas surpreendentes, que influenciarão a representação que a sociedade em que vivem tem dela própria e do seu passado. Novos historiadores, ligados organicamente a novos sujeitos históricos, reinterpretam a história segundo as suas necessidades e a sua forma particular de relacionar o passado e o futuro (Schaff, 1978).

As novas questões, apoiadas em uma teoria e metodologia renovadas e em grupos sociais e intelectuais inovadores, alteram as relações das dimensões temporais entre elas. Uns historiadores articulam as dimensões temporais enfatizando o passado; outros, o futuro; outros, ainda, o presente. Criam-se visões da história regressivas, conservadoras e modernizadoras. A renovação teórico-metodológica não abole o condicionamento da produção histórica em um presente e lugar social. Não cria um efeito de neutralidade, imparcialidade, que aboliria a condição temporal do objeto e da pesquisa com o seu sujeito. Para Koselleck, a tomada de posição é inevitável e favorável à pesquisa — é uma tentativa de salvar a objetividade ao não se pretender um impossível ponto de vista supra-histórico (Koselleck, 1990).

Entretanto, o conceito filosófico de “verdade” é complexo, e suas relações com a história/tempo o são ainda mais (Domingues, 1996; Ricoeur, 1968). Não poderemos nos estender em sua teorização, embora seja o núcleo que conecta as diversas visões do Brasil aqui apresentadas. Pensamos a verdade histórica com os conceitos de “interpretação” e de “compreensão”, que implicam reconstruções temporais parciais, múltiplas, relativas, não definitivas e ao mesmo tempo racionais, não subjetivistas e não relativistas. *Interpretar* é atribuir sentido a um mundo histórico determinado em uma época determinada; *compreender* é, a partir dessa atribuição de sentido, autolocalizar-se no tempo, retendo, articulando e integrando suas próprias dimensões temporais. Cada mundo histórico é dominado pelo tempo e muda. As suas interpretações e autocompreensões também mudam, sem deixar de se referir a ele em um de seus momentos.

Portanto, por essas duas razões, o objeto temporal e a renovação teórico-metodológica e de quadros humanos, entre outras, o conhecimento histórico se faz sob o signo da mudança. Todo historiador quer escrever uma nova história, quer oferecer um ponto de vista mais abrangente e mais seguro. As escolas históricas, no entanto, se iludem ao pensar que o seu novo ponto de vista é único e definitivo, que descobriram a “verdade da história”, que estabeleceram o conhecimento histórico em bases objetivas, científicas. Em defesa da sua nova interpretação definitiva, cada uma delas desvaloriza os historiadores e as interpretações anteriores, em geral com os mesmos adjetivos empregados pelos “novos” anteriores para desautorizar os seus predecessores — ultrapassados, equivocados, positivistas, ideológicos, reacionários... —, ignorando a condição temporal de toda elaboração histórica. A verdade histórica, ela é fundamentalmente histórica. Não há métodos e histórias definitivas que levem (ou tragam) à “verdade absoluta no tempo”. Em cada presente, o que se tem é uma visão parcial, uma articulação original do passado e do futuro. A história é visada segundo perspectivas diversas, e, com o avanço do tempo, as proposições históricas mudam. Todo historiador é marcado por seu lugar social, por sua “data” e por sua pessoa. Veem-se sempre aparecer obras novas sobre o mesmo assunto. À medida que o tempo passa, novas experiências são acrescentadas às precedentes, e novas esperas são desenhadas. O passado é assaltado por interrogações novas, que oferecem respostas diferentes das anteriores. Em cada presente há um esforço de compreensão: de autolocalização pela rearticulação de passado e futuro. São essas autolocalização e organização temporais, originais em cada presente, que possibilitam as estratégias de ação. E são múltiplas as representações e respectivas estratégias de ação que cada presente se oferece...

Para se conhecer uma interpretação histórica, esclarece Koselleck, é sempre preciso saber quem a formulou: um nativo ou um estrangeiro, um amigo ou inimigo, um erudito ou um cortesão, um burguês ou um camponês, um rebelde ou um súdito dócil. As narrativas podem se contradizer e, paradoxalmente, ser verdadeiras. Pode-se olhar sobre o mesmo tempo e representá-lo diferentemente, mas coerente e corretamente. A verdade histórica talvez possa ser comparada a um caleidoscópio: os historiadores diversos e sucessivos escolhem e sintetizam, servem-se de metáforas, formulam perguntas específicas, servem-se de fontes e técnicas diferentes. Ela é um sentido atribuído ao vivido, atribuição carregada de influências sociais, técnicas e pessoais. Portanto, o conhecimento histórico está atravessado pela temporalização e não se fixa em verdades absolutas, em um conhecimento científico, no sentido naturalista do termo. A necessidade da reescrita da história não seria também uma condenação do conhecimento histórico ao subjetivismo, ao relativismo, ao ceticismo. Ela revela a sua especificidade, a sua condição singular, o caráter particular da objetividade que pode produzir. O historiador, para se diferenciar de mentirosos e falsários, deve buscar oferecer uma interpretação controlável racionalmente e, para isso, deve apoiar-se em problemas, conceitos e documentos. Mas a sua interpretação histórica não abole as anteriores e não evitará outras que se sucederão. Por isso, para Koselleck, o conhecimento histórico exige do historiador o exame crítico da historiografia anterior. De maneira mais geral, afirma ele, pode-se dizer que o conhecimento histórico é também e ao mesmo tempo história da historiografia (Koselleck, 1990:174).

Essa conclusão de Koselleck revela o espírito deste trabalho: o conhecimento histórico é ao mesmo tempo *história da história*. Na nossa perspectiva, os “intérpretes do Brasil”, e não os “explicadores do Brasil”, como os denomina pejorativamente C. G. Mota (1978), que se sucedem, não se eliminam; os autores posteriores podem até ser melhores do que os anteriores do ponto de vista teórico-metodológico, na abrangência e profundidade de sua análise, mas não os substituem nem os tornam descartáveis. Koselleck se refere à ideia de um “progresso do conhecimento histórico”: as interpretações coincidiriam crescentemente com os eventos e processos; eventos e processos e interpretações convergiriam progressivamente. As interpretações seriam cada vez mais seguras, retificando os erros passados, baseadas no próprio desdobramento da história.

A ideia por trás desta tese do progresso do conhecimento histórico é a de que o passado se presta tanto mais à interpretação quanto mais tarde é apreendido, pois pode-se vê-lo melhor, embora não integralmente, em suas possibilidades já explicitadas. Esta tese pode parecer talvez correta se for acrescentado que se trata de um progresso dialético e não linear. Por *progresso dialético* pretende-se dizer que as interpretações posteriores superam conservando as anteriores, sem diluir a sua diferença, ao contrário de um progresso linear onde só haveria superação sem conservação. Em um progresso dialético, as interpretações posteriores podem até ser mais seguras e reunir melhor as dimensões temporais — mas não eliminam o valor e a necessidade das anteriores. Cria-se, então, uma “verdade histórica caleidoscópica”. O Brasil, por exemplo, é conhecível, não através de uma ou outra interpretação em particular e isolada, mas pelo conjunto delas, pelo confronto e diálogo entre as várias interpretações feitas em épocas distintas. A síntese não seria uma integração de todas as interpretações em uma única e superinterpretação. A síntese seria um diálogo entre todas, que se esclarecem pelo reconhecimento e contrastação recíprocas. Em cada presente, os historiadores articulam diferentemente passado e futuro, experiência e espera, articulação esta que revela o fundamento temporal da sua interpretação. Nas interpretações sucessivas percebem-se as concepções diferenciadas do tempo histórico brasileiro que em cada momento da história do Brasil puderam ser formuladas. E estas representações históricas retornam à realidade social, reproduzindo-a ou alterando-a. Cada interpretação do Brasil revela o que podia ser visto do passado e vislumbrado do futuro naquela posição temporal específica. As interpretações atuais são mais amplas e abrangentes e se enriquecem ao incluírem as anteriores, mesmo na divergência. Referindo-se à filosofia, Ortega y Gasset afirma que nenhum filósofo pode ignorar os seus predecessores, o que talvez valha também para a história. O progresso consiste em absorver o predecessor, sem diluí-lo, mas preservando-o em sua diferença, e apoiar-se nele; toda superação é negação, e toda verdadeira negação é uma conservação. Um filósofo e um historiador retomam os seus antecessores com uma dupla finalidade: partir deles e negá-los, conservando-os. Assim, o conhecimento histórico teria também a estrutura da reflexão, um retorno que se apoia e vai além, em que a história da história desempenha um precioso papel (Ortega y Gasset, 1958).

O que se propõe neste trabalho é a reposição de alguns intérpretes do Brasil em sua época, em sua data, com a sua problemática específica e com as suas específicas avaliações do passado e projeção do futuro. A data de uma obra diz muito sobre ela, é a sua definição, pois revela o mundo histórico em que foi produzida (Ortega y Gasset, 1958). Ler Varnhagen é ouvir o pensamento brasileiro e a história brasileira dos anos 1850. Por um lado, retirá-lo de 1850 e compará-lo com as interpretações marxistas dos anos 1960-70, é, injustamente, asfixiá-lo. Por outro, é extremamente rico o que este contraste revela: o Brasil dos anos 1960-70 representa uma enorme mudança/continuidade em relação ao de 1850. Nossa hipótese é a de que não há autores superados, desde que lidos em sua época. Dentro dela, são insuperáveis. Se o conhecimento histórico é também e ao mesmo tempo história da história, o conhecimento da história do Brasil pressupõe a leitura e a confrontação dos intérpretes do Brasil no decorrer da sua história. Surge uma verdade histórica do Brasil produzida ao longo do tempo, uma verdade poliédrica, caleidoscópica. O que se pretende oferecer é uma visão do Brasil construída por uma multiplicidade de visões parciais.

Eis a tese fundamental que orienta a nossa leitura e o confronto entre esses autores: o que os diferencia e aproxima, o que os separa e agrupa, é uma representação particular do tempo histórico brasileiro. As duas categorias fundamentais que permitem a inteligibilidade e diferenciação desses discursos sobre o Brasil são categorias temporais: *mudança* e *continuidade*. Esses autores realizaram fundamentalmente uma articulação de mudança (processo, modernização, progresso, revolução, na direção da independência e autonomia) e continuidade (estrutura, permanência, tradição, resistência, conservadorismo, que significam dependência e heteronomia). O conhecimento histórico é o conhecimento das durações humanas, que podem ser medidas em sua maior ou menor intensidade com os conceitos de mudança e de continuidade: este será o eixo de articulação do trabalho. *Mudança*, para o Brasil, significa a identificação das forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional; *continuidade*, a identificação das forças que reproduzem e renovam a dependência. Por ser a história o conhecimento das durações humanas, dos homens no tempo, a articulação de mudança e continuidade, de independência e dependência, em cada presente, levou os historiadores brasileiros a reescreverem continuamente a história do Brasil.

As interpretações do Brasil que estudamos são sínteses produzidas em datas específicas, que reúnem de forma original uma apreensão do passado (dependência), uma localização do presente e um projeto para o futuro (independência). Tais sínteses têm um duplo objetivo: criar uma representação global do Brasil, uma “configuração”, que dê conta dos seus eventos

e personagens, das suas mentalidades, das suas elites e da sua população em geral, suas classes e lutas, seus escravos, índios e mestiços do passado e, a partir dessa representação global, “refigurar” o presente e imaginar um futuro possível, uma utopia realizável.

O que o Brasil foi, está sendo e o que se tornará? Eis a questão fundamental que formulamos aos oito intérpretes que estudamos. Cada síntese pertence a um presente, e esse presente vivido do Brasil refletiu-se em cada uma das interpretações do Brasil. Esses presentes vividos foram épocas marcantes que levaram os seus historiadores a se debruçarem sobre todo o tempo histórico brasileiro. Cada interpretação produzida é nova. É uma reafirmação ou uma recusa das anteriores. Alguns recriam teses tradicionais; outros rompem com a tradição, criando uma nova tradição. Uns valorizam a continuidade; outros, a mudança. Não há continuidade pura, sem mudanças; e também não há mudança pura, sem continuidades. O tempo não se deixa cortar como o espaço, pondo de um lado o passado e de outro o futuro. O passado continua agindo depois da mudança, por mais radical que essa tenha sido; mas a mudança pode alterar bastante o passado, dependendo da sua profundidade. Ora os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é. As ideias passadas influem sobre as presentes —, a originalidade não é pura. O conhecimento histórico é sempre um debate, uma retomada dos pontos de vista do interlocutor, seja para reformulá-lo, apoiando-o, seja para rejeitá-lo. A partir de certas crises, rupturas, mudanças bruscas, as interpretações conhecidas envelhecem e são ou substituídas por outras ou recriadas. As forças sociais predominantes em cada época são levadas a repensar toda a história do país e a criar uma nova imagem histórica reconhecível.

Estas sínteses são *reconstruções racionais* do Brasil, reconstruções do tempo histórico brasileiro, em sua especificidade, oferecendo-lhe uma coerência, um sentido. É um esforço de unificação da multiplicidade, de organização da dispersão. O resultado deste esforço é uma contemplação: os eventos múltiplos e dispersos se integram em uma totalidade. O discurso e a realidade social se orientam reciprocamente. Alguns historiadores consideram este esforço inútil e perigoso: pensam que se chega sempre a uma abstração esvaziada de conteúdo concreto. Para eles, um discurso totalizante não se refere à realidade e perdeu o contato com a mudança, eliminando a multiplicidade, suspendendo as contradições. E os historiadores preferem o concreto, a mudança, a multiplicidade, as pesquisas monográficas. Não se pode reconstruir um mundo histórico integralmente de forma racional. A pesquisa histórica, eles afirmam, para ser racional e atingir o real, tem de se particularizar e se formalizar.

Entretanto, a pesquisa particular e conceitual precisa de alguma orientação mais global, de uma síntese anterior. Esta não precisa ser um sistema fechado e abstrato. Ela pode ser simplesmente uma organização da multiplicidade, uma representação racional, mas aberta e flexível. Se se toma a síntese neste sentido fraco — uma representação racional e aberta, uma interpretação histórica do Brasil e não um sistema abstrato, global e fechado, uma explicação atemporal do Brasil —, ela é indispensável às pesquisas particulares como orientação e indispensável sobretudo aos indivíduos que agem, que precisam se situar em relação ao passado e ao futuro. Tais sínteses globais ligam-se diretamente à prática histórica de sujeitos específicos. Na verdade, elas elaboram as visões do Brasil desses sujeitos e os tornam eficientes em relação ao futuro.

Dividimos estas sínteses do Brasil em duas correntes: a do descobrimento do Brasil (1850-1930), aqui representada por Varnhagen e Gilberto Freyre, que priorizam a continuidade em relação à mudança, que preferem o passado brasileiro ao futuro, preferem o Brasil português ao Brasil brasileiro, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Desde essa perspectiva, o futuro do Brasil deverá ser ou o mesmo passado ou a melhoria do passado. A tese do “progresso linear e gradual” é interpretada de modo conservador: é o mesmo que se aperfeiçoa. O passado resolverá os seus problemas sem necessidade de ruptura, mudança brusca, revolução. A crítica documental serve para resgatar a verdade da tradição, para torná-la mais viva e mais vigorosa contra a mudança. A história é mestra da vida; a assimetria passado-futuro é quase reduzida a zero: o futuro será no máximo o passado resolvido (Koselleck, 1990). Varnhagen escreveu em 1850, momento da ascensão e consolidação do Estado nacional sob a Monarquia — ele pôde até ser mais crítico do passado do que Freyre, pois não havia ameaça real à continuidade do passado colonial no presente-futuro nacional. Freyre escreveu em 1930, momento da crise do Brasil das elites luso-brasileiras que se consolidaram em 1850. Para legitimar o seu poder em crise, Freyre fecha os olhos a todas as dificuldades e tensões do passado. Ele o idealiza e o aceita integralmente como modelo e referência para o futuro.

As interpretações que constituem a corrente do “redescobrimento do Brasil” (1900 a 1960-70), representadas aqui neste estudo pelos historicistas Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda e pelos marxistas Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, priorizam a mudança em relação à continuidade, variando a ênfase, preferem a ruptura com o passado, preferem o brasileiro ao português, o Brasil moderno ao tradicional, colonial. Capistrano de Abreu foi um dos primeiros a ver o futuro da sociedade brasileira como assimetria profunda em relação ao passado colonial. O Brasil futuro deveria continuar, acelerando e aprofundando, a ruptura que se desenhava desde o início da colonização. O futuro não será luso-brasileiro, mas brasileiro: uma nação livre, soberana, autônoma, habitada por um povo novo, com interesses e sentimentos singulares. S. B. Holanda, em 1936, ao recusar as nossas raízes ibéricas, aprofundou a reflexão de Capistrano sobre a ruptura do futuro brasileiro com o seu passado colonial ibérico. Nos anos 1950, com a visão marxista pioneira do Brasil de N. W. Sodré, já se formula claramente a ideia e até se planeja a “revolução brasileira”. Sodré e o PCB fazem planos para um Brasil livre do latifúndio e da dependência imperialista. A história os decepcionou em 1964.

Em 1966, Caio Prado Jr., com a mesma ambição de mudança profunda, refaz os seus planos revolucionários. Ambos, Sodré e Prado Jr., cada um à sua maneira, pensam a radicalização da mudança. Mas, já em Caio Prado Jr. começam a aparecer as dificuldades postas pela mudança. A sua pesquisa histórico-sociológica mais objetiva, menos voluntarista, dogmática e idealista, mais atenta e sensível à temporalidade interna e específica do Brasil, revelou que a história brasileira é mais marcada pela continuidade do que pela ruptura. Os estudos de Caio Prado Jr. apontaram para os limites históricos e estruturais à iniciativa revolucionária. Assim como Caio Prado, e de modo teórico-metodológico mais consistente, Florestan Fernandes revelou a mesma ambiguidade: se o seu lado “cientista social” constata objetivamente os limites estruturais que limitam a iniciativa revolucionária, o seu lado “cidadão” clama apaixonadamente pela ruptura com o passado colonial e dependente e protesta diante da imobilidade e ineficiência dos sujeitos da mudança. Em F. H. Cardoso, a estrutura já pesa muito sobre a mudança. A mudança não poderá ser pensada sem se levar em consideração a duradoura realidade da dependência, que tende mais a permanecer do que a mudar. Ele então procura pensar a produção do máximo de mudança interna possível no interior e na direção da estrutura capitalista internacional.

Essas duas correntes reúnem diferentemente o passado ao futuro brasileiros, pensam diferentemente a identidade brasileira, divergem quanto aos verdadeiros sujeitos da história do Brasil e quanto aos ritmos e sentido do seu desdobramento. Todas as oito interpretações são legítimas, ou seja, informam sobre o Brasil e o representam de forma válida e eficaz, desde que consideradas em sua época, perspectiva e circunstância. O diálogo entre os membros das duas correntes é áspero — é em tom de luta. Aqui, sem apagarmos a diferença e a luta, nosso interesse é o de conhecer as diversas posições que constituem a “verdade poliédrica” do Brasil.

Foi essa, portanto, a periodização que levou à seleção daquelas obras e autores, além do seu valor reconhecido e incontestado. É uma solução artificial e discutível, sem dúvida, pois elimina muitas outras obras e autores que poderiam também representar aqueles momentos históricos. Mas, como é consabido, toda e qualquer periodização e seleção é artificial e contestável, pois é só uma entre muitas estratégias de abordagem e de atribuição de sentido. Essa é uma limitação, no entanto, intrínseca à reflexão teórico-histórica, mas que não invalida o esforço intelectual e cognitivo que representa. Para reconhecer-lhe o valor e o vigor, e quem sabe até o rigor, o leitor terá de se limitar também a extrair dela aquilo que ela quis e pôde oferecer.

Nossa disposição é a da escuta, ora atenta, ora flutuante, ora interrogativa, ora duvidosa, ora simpática, ora resistente e em alguns momentos amigavelmente irônica dos intérpretes do Brasil. Mas, uma “escuta paciente”, um estudo sereno de alguns discursos que inventaram a imagem temporal do Brasil. Vamos manter-nos bem próximos do texto original e dos seus comentadores, imitando suas linguagens, fazendo-os falar e se interrogarem reciprocamente. A paráfrase será onipresente: ideias e palavras saltarão dos textos originais para este, pois queremos compartilhar os seus modos de ver e estilos. Do ponto de vista formal, seremos deliberadamente pouco formais: as citações serão ágeis — autor e data da publicação; não faremos citações de pé de página, pois, quando relevantes, foram incluídas no próprio texto; não cotejaremos edições diversas de cada obra, pois da primeira edição o que nos interessou foi somente a data e as circunstâncias históricas do país e pessoais do autor; não seremos exaustivos em relação aos comentadores, pois não temos a ingênua ambição de produzir um texto completo, embora suficientemente documentado; não abordaremos toda a obra de cada autor e não tematizaremos as mudanças em seu pensamento, pois escolhemos no conjunto da sua obra a sua síntese, a sua representação global do Brasil, no quadro de uma época determinada. Nosso esforço é o de compreender, de dialogar e mediar o diálogo, com a sensibilidade da origem social, da formação intelectual, do temperamento pessoal, enfim, do lugar social e da data dos interlocutores. Nossa intenção é comparar e compartilhar, promovendo um “impossível encontro” entre intérpretes não só adversários mas distantes no tempo. Mas a nossa ambição maior é, através dos seus intérpretes postos, justapostos, superpostos e contrapostos, contrastados e articulados, alcançar uma compreensão mais ampla do Brasil através dos momentos mais críticos da sua trajetória histórica.

As várias interpretações do Brasil se sucedem sem se suprirem, desde o contemporâneo até o historiador mais distante/recente. Ricoeur compara o contemporâneo e o historiador com o sonhador e o narrador do sonho. O contemporâneo, ele afirma, é como o sonhador; seu vivido é como o sonho. Ele vive à noite, entre eventos desconexos, desarticulados: é pura emoção e desejo. Adormecido, vive em um espetáculo desconhecido, misterioso, que é a sua própria vida. Ele próprio é a sua expressão. O historiador é como o sonhador no dia seguinte: um narrador do seu sonho. Acordado, esse sonhador se torna historiador — ele se lembrará do que sonhou e fará uma narrativa do sonho. Este, o sonho, assim como o vivido, é noturno, desconhecido, repleto de camadas profundas do passado. A narrativa se dá no dia seguinte e será a organização do sonho/vivido. A narrativa não é o próprio sonho/vivido: é um esforço de organização e atribuição de sentido. O sonho e o vivido são inabordáveis em si: deixam vestígios, lembranças, com as quais se tece uma narrativa totalizante. Tal narrativa é um esforço de interpretação do sonho/vivido, de decifração, de reconstrução e compreensão. Ela será tentada a cada dia, todos os dias. A narrativa será sempre refeita, reescrita, reelaborada, ressignificada. A narrativa visa ao vivido/sonho, mas jamais coincidirá com ele. Ela evita as tensões ou as ressignifica, gerenciando-as. O narrador/historiador resiste ao que há de ameaçador no sonho/vivido. A narrativa é contemporizadora, tranquilizadora, tanto mais quanto maior é o conflito. É equívoca, polissêmica, metafórica. Há narrativas de narrativas, metanarrativas retrospectivas, interpretações de interpretações, textos sobre textos. Nenhum texto aparece saturado de sentido, transparente, e exige sempre uma decifração

contínua. Não há leitores definitivos de um texto, não há decifração conclusiva do sonho, não há narrativas esgotadoras do vivido histórico. Por isso, a história é sempre reescrita. Não há narrador que reproduza o seu sonho tal qual foi sonhado; não há historiador que reproduza o vivido tal qual foi vivido. Entre narração/conhecimento e sonho/vivido há um abismo intransponível, sobre o qual se estende a ponte frágil e oscilante das *interpretações* (Ricoeur, 1965).

Nossa disposição é, portanto, a de quem abre o ouvido e escuta, a de quem abre o espírito e recebe narrativas diferentes, cruzadas, lacunares, tendenciosas, suspeitas, mas que são a representação sincera de sujeitos que buscam se conhecer, se apreender e tomar a sua história em suas mãos. Os sujeitos históricos brasileiros viveram/sonharam, seus intérpretes organizaram esse seu vivido/sonho de formas distintas em épocas distintas. Em sua própria época, cada interpretação é ainda meio sonhadora, pois ainda muito próxima do sonho. Ela ainda está próxima do vivido, faz ainda parte dele e é também sonho/vivido. E se narração e sonho/vivido não coincidem, isto não quer dizer que as narrações sejam inúteis. A narração toca indiretamente o sonhador, que se emociona, toma consciência e muda; a interpretação histórica toca indiretamente em sua vida os homens, que passam a se compreender melhor e mudam. Assim, os sujeitos históricos informados pelas interpretações, localizados, quando sonharem com o futuro e o passado, terão menos pesadelos, e quando viverem, no presente, encontrarão os melhores meios e termos para expressar seus interesses e realizar os seus projetos.